

56ª SESSÃO PLENÁRIA DA CNTMP

Lisboa, 1 de junho de 2016

### ATA DA 56ª SESSÃO PLENÁRIA

1. A sessão foi aberta pelo novo Presidente do Conselho Diretivo do IMT, IP., Dr. Eduardo Feio, que dirigiu à Comissão palavras de estímulo para o desenvolvimento das tarefas que lhe estão atribuídas.
2. Participaram nos trabalhos os representantes dos 30 serviços da administração pública e organizações económicas e profissionais constantes da lista de presenças anexa. O CNE justificou a sua ausência. A CP, a FIEQUIMETAL, o IST e a PSP estiveram ausentes sem justificação.

### ADOÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS

3. A ordem de trabalhos provisória (CNTMP/2016/11-rev1) foi adotada sem alterações.

### RATIFICAÇÃO DA ATA DA 55ª SESSÃO PLENÁRIA

4. A ata da 55ª sessão plenária (CNTMP/2016/10) foi adotada sem alterações.

### QUESTÕES INSTITUCIONAIS DA CNTMP

5. O Presidente da CNTMP informou que dois serviços públicos anteriormente participantes na Comissão manifestaram o desejo de retomar a sua intervenção nos trabalhos, e que tal passa a acontecer a partir da presente sessão plenária. A Direção-Geral de Energia e Geologia e o IAPMEI sucedem, no todo ou em parte, às atribuições das Direções-Gerais de Energia e da Indústria, que constam da composição inicial da CNTMP fixada pelo Despacho Conjunto nº 113-A/98.
6. Foi apresentado ao plenário o pedido de adesão da APSEI – Associação Portuguesa de Segurança (CNTMP/2016/12). Os representantes da ANTRAM e da ASAE exprimiram uma posição desfavorável a essa adesão da APSEI. Em contrapartida, os representantes da Tutorial, do IMT e do SI-TRA transmitiram posição favorável à mesma.
7. Procedeu-se à votação da adesão da APSEI à CNTMP, que obteve 13 votos a favor e 1 contra dos organismos públicos presentes que, conforme o nº 2 do artº 31º do Regulamento Interno da Comissão, detêm em exclusivo o direito de voto nestas matérias. Assim, a APSEI passa a ser membro da CNTMP de pleno direito.
8. Seguidamente, passou-se à eleição dos dois Vice-Presidentes, uma vez que tinha expirado o mandato anterior de ambos, tendo sido apurados os seguintes resultados, por escrutínio secreto:  
**Organismos e serviços públicos:** DGEG – 7 votos; DGSaúde – 4 votos; IMT – 3 votos; ANSR – 2 votos; IPQ – 2 votos; ACT – 1 voto; ANPC – 1 voto; ASAE – 1 voto; AT – 1 voto; GNR – 1 voto.  
**Organizações económicas e profissionais:** Tutorial – 12 votos; ANTRAM – 7 votos; APEQ – 2 votos; ANAREC – 1 voto; APETRO – 1 voto; FIEQUIMETAL – 1 voto. Registaram-se 6 boletins de voto nulos, por não respeitarem a regra da escolha entre dois candidatos, um dos serviços públicos e outro das organizações profissionais. Participaram na votação os 29 membros da Comissão presentes no momento.
9. Após a proclamação destes resultados, o Eng.º Bernardino Gomes, representante da DGEG, e João Cezília, representante da Tutorial, aceitaram as vice-presidências, em nome das organizações públicas e económico-profissionais mais votadas, respetivamente.

## EVOLUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAL

10. Foram apresentados os relatórios da participação nas últimas reuniões internacionais do setor (CNTMP/2016/13), ficando os representantes portugueses nas mesmas à disposição para quaisquer esclarecimentos.
11. O Presidente chamou a atenção para o 4.11 do relatório da Reunião Comum RID/ADR/ADN, em que o representante de Portugal descreve a insólita situação decorrente da não aprovação pelo plenário da nossa proposta - referente à clarificação do quadro A, do capítulo 3.2 - e que decorreu, em grande medida, da estranha oposição por parte do Reino Unido, apesar de termos acolhido todas as sugestões que foram feitas para melhorar a proposta inicial. Foi esclarecido que a posição portuguesa não pode ser proposta ao Subcomité TDG porque no Regulamento-tipo da ONU não existe a coluna 15 ( "categoria de transporte"/ "código de túneis").
12. A fim de alinhar com a terminologia da versão portuguesa do ADR e do RID, a Tutorial propôs a substituição de "embalagens de salvamento" por "embalagens de socorro" no título do ponto 4.6.
13. Relativamente ao ponto 1 (GT Cisternas), a DGEG solicitou a correção do relatório indicado, uma vez que as conclusões e recomendações do GT Cisternas constam do doc. ECE/TRANS/WP.15/AC.1/142/Add.1.

## DERROGAÇÕES MULTILATERAIS E NACIONAIS AO ADR E AO RID

14. O Presidente informou o plenário que a APA, em comunicação previamente enviada, não se opõe à assinatura do **M285** e do **M292**. Relativamente ao **M287**, logo que possível, enviará parecer à Comissão. A CNTMP recomenda assim a assinatura dos 2 primeiros acordos, transitando o M287 para a próxima sessão (CNTMP/2015/23 e CNTMP/2016/5).
15. Relativamente aos restantes acordos, foi proposto ao plenário que os organismos presentes se oferecessem para os estudar, muito embora o IMT pretenda endereçá-los aos organismos competentes em função das matérias. A APETRO ofereceu-se para estudar o M299, a DGEG o M298 e a DGRM o M290 (CNTMP/2016/14).

## INTERPRETAÇÃO DOS REGULAMENTOS EM VIGOR

16. A Tutorial apresentou um pedido de interpretação do Regulamento-tipo da ONU (CNTMP/2016/15), relativo ao transporte de objetos com o nº UN2913 em cisternas móveis T5. Esta possibilidade é permitida no Regulamento-tipo e no Código IMDG, mas não é aceite no ADR e no RID. O IMT tentará esclarecer esta questão na próxima sessão do Subcomité TDG.
17. A Tutorial apresentou ainda um outro pedido de clarificação (CNTMP/2016/21), a colocar à Reunião Comum (GT cisternas), sobre os parágrafos 4.3.3.3.2 e 6.8.3.5.6, que aparentemente obrigam a ocultar determinadas informações que obrigatoriamente estão marcadas na placa de identificação (placa sinalética) das cisternas. A DGEG concorda com a Tutorial, o IMT considera que não faz sentido ocultar informação que por princípio deve estar visível na placa sinalética, a AN-TRAM referiu que o documento de transporte contém informação sobre a identificação das mercadorias e a GNR considera que o problema não se coloca em termos de fiscalização.

## PROPOSTAS DE EMENDAS À REGULAMENTAÇÃO

18. Em relação à proposta de alteração ao Código IMDG, solicitada na sessão anterior pela Tutorial (CNTMP/2016/6), a DGRM informou que contactou a IMO, e que esta reconheceu tratar-se de um lapso editorial, que só poderá ser objeto de alteração na Primavera de 2017.
19. A ANSR informou os presentes sobre o avanço dos trabalhos relativos à revisão da legislação que restringe a circulação rodoviária, em que referiu a necessidade de recolher dados mais rigorosos de tráfego para vir a apresentar uma proposta de alteração consistente. O Presidente pro-

pôs uma prorrogação do mandato deste grupo de trabalho até à próxima sessão da CNTMP, que foi aceite (CNTMP/2016/16).

20. A APETRO referiu com tristeza as sucessivas propostas apresentadas a vários Secretários de Estado com competências na matéria, sem que se conseguisse até ao momento uma solução adequada para o túnel da Gardunha.
21. O IMT referiu a necessidade da revogação do nº 3 da Portaria nº 331-B/98. O Presidente considerou que cabe ao IMT voltar a insistir junto da tutela sobre essa alteração, e informou que o túnel do Marão foi recentemente classificado na categoria A, ou seja, sem restrições ao transporte de mercadorias perigosas. Esta avaliação teve em conta as medidas de segurança introduzidas na conceção/construção do túnel, e as alternativas rodoviárias, designadamente o IP4, que apresentam graves problemas de segurança e sinistralidade.
22. Os documentos CNTMP/2016/17, CNTMP/2016/18 e CNTMP/2016/20, relativos à deliberação do IMT sobre formação e certificação ADR, foram analisados em conjunto, por blocos de assuntos em que existem propostas de alteração. O IMT ficou de elaborar uma proposta consolidada, tendo em conta as contribuições dos documentos, bem como de uma observação verbal da ANSR, que foram aceites na sessão.
23. O documento CNTMP/2016/22, por manifesta falta de tempo, transitou para a sessão seguinte.

#### QUESTÕES DIVERSAS

24. Foram dadas a conhecer à Comissão as conclusões do doutoramento sob o título “Uma investigação sobre o impacto geográfico nas causas e consequências de acidentes rodoviários com combustíveis líquidos e gasosos em Portugal continental”, que se baseou nos resultados de um questionário que foi lançado em 2014 a 400 motoristas portugueses.
25. No final da apresentação do Dr. Victor Cardoso, a APETRO defendeu que os seus associados não reduziram as exigências de segurança nos transportes, ao contrário do que poderia inferir das respostas dos motoristas ao questionário.
26. Também o SITRA se pronunciou sobre o estudo, defendendo que as anomalias verificadas em matéria dos tempos de condução e repouso resultam de imposições das entidades patronais.

#### PROGRAMAÇÃO DOS TRABALHOS FUTUROS

27. O Presidente apresentou o calendário das próximas reuniões nacionais e internacionais (CNTMP/2016/19), no qual a 57ª Sessão Plenária da CNTMP ficou, em princípio, marcada para o dia 12 de outubro de 2016.

**COMISSÃO NACIONAL DO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS**

56ª SESSÃO PLENÁRIA, 1 de junho de 2016

**Lista de presenças**

<b>SIGLA</b>	<b>ENTIDADE</b>	<b>REPRESENTANTE</b>
ACT	Autoridade para as Condições de Trabalho	Drª. Vera Gaiola
ANAREC	Associação Nacional dos Revendedores de Combustíveis	Eng. José Pinto Reis Eng. João Santos
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil	Eng. Nuno Mondril
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Drª. Margarida Janeiro
ANTRAM	Associação Nacional Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias	Drª. Amélia Simplício
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	Engª. Joana Sabino
AP3E	Associação Portuguesa de Estudos e Engenharia de Explosivos	Eng. Luís Cruz Eng. Artur Pereira
APEQ	Associação Portuguesa das Empresas Químicas	Eng. José Barardo Ribeiro
APETRO	Associação Portuguesa das Empresas Petrolíferas	Eng. José Alberto Oliveira
APSEI	Associação Portuguesa de Segurança	Engª. Maria João Conde
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Eng. Rodrigo Fernandes
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira	Drª Isabel Ferreira da Costa
BVR	Bureau Veritas Rinave, Lda.	Eng. Rui Costa
COMRSIN	Comissão Reguladora para a Segurança das Instalações Nucleares	Dr. Luís Aranda
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas	Drª. Gracinda Marote
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia	Eng. Bernardino Gomes
DGSaúde	Direção-Geral da Saúde	Dr.ª Cesaltina Ramos
DGRM	Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	Engª. Ana Teresa Cardoso
FECTRANS	Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações	Fernando Manuel Fidalgo
FIOVDE	Federação das Indústrias de Óleos Vegetais, Derivados e Equiparados	Drª. Maria Isabel Coelho
GNR	Guarda Nacional Republicana	Ten. Cor. João Lourenço da Silva
GROQUIFAR	Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos	Eng. Joaquim Gândara Marques
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação, IP	Eng. António Victor Oliveira
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	Engª. Luísa Costa Engª. Ana Sabrosa
IPQ	Instituto Português da Qualidade, IP	Eng. Manuel Rebelo
ISQ	Instituto da Soldadura e da Qualidade	Eng. Mário Sapatinha
ITG	Instituto Tecnológico do Gás	Eng. André Ascensão
LBP	Liga dos Bombeiros Portugueses	Prof. Carlos Manuel Pereira
SITRA	Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes	Silvino Esteves Correia
Tutorial	Tutorial - Conteúdos e Tecnologia, Lda.	João Cezília
Presidente		Eng. José Alberto Franco
Secretariado	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	Drª. Cidália Jorge Engª. Filomena Bacalhau